

# INVESTIGAÇÃO Juiz que sustou indenização arquivara pedido de transcrição de fitas com julgamento de perícia de Suplicy

## Desapropriação de choupana revela disputas no TRF

Editoria de Arte/Folha Imagem

### PERÍCIAS DE ANTONIO CARLOS SUP LICY

Exemplos de contestações

Caso/Entidade	Partes interessadas	Detalhes e pontos questionados
<b>Prédio do Tribunal Regional Federal</b>	Tribunal Regional Federal-SP e outros	Preço do metro quadrado na rua São Francisco, em área urbana decadente da capital, correspondia ao dobro do praticado no mercado para a avenida Paulista
<b>Furnas Centrais Elétricas S/A</b>	Companhia Comercial e Agrícola São Venâncio Ltda.	Passagem de linha de transmissão em 1,47% de latifúndio rural de 552,7 hectares considerado como área de expansão urbana. Preço da terra, a partir de chácaras vizinhas, superava em 8.804,16% a avaliação de Furnas
<b>Cesp (a)</b>	Cesp e outros (a)	Nove perícias, de 83 a 94, geraram indenizações de R\$ 23,1 milhões, contra R\$ 14,3 milhões avaliados pela estatal (97)
<b>Cesp (b)</b>	Cesp e outros (b)	Numa das maiores indenizações, em período de mudança de padrão monetário, o laudo de Suplicy não tinha data
<b>Ação de usucapião em Ubatuba</b>	Territorial Agrícola São Gabriel Ltda.	Em ação de reconhecimento de direito de propriedade, laudo não definia com precisão a área, benfeitorias e propriedades vizinhas. Advogada dos autores é mulher do desembargador Roberto Haddad (que não julgou)
<b>Choupana na serra da Bocaina</b>	Ibama e família Cherubini	Laudo duplicou a terra nua e a cobertura vegetal de imóvel com cabana, única benfeitoria, gerando indenização, com juros e correção, de R\$ 66,4 milhões

### FREDERICO VASCONCELOS

DA REPORTAGEM LOCAL

A revelação da desapropriação que pode levar a União a pagar R\$ 66,4 milhões por uma choupana na serra da Bocaina trouxe a público divergências no TRF (Tribunal Regional Federal) de São Paulo sobre os laudos periciais do falso engenheiro Antonio Carlos Suplicy.

Nos últimos anos, o MPF (Ministério Público Federal) tentou, sem sucesso, anular perícias de Suplicy que sustentaram decisões da 1ª Turma do TRF, em que atuaram Paulo Theotonio Costa (afastado do TRF, acusado de favorecer traficante), Roberto Haddad (acusado de falsificar documentos públicos), Sebastião de Oliveira Lima (aposentado terça-feira, por limite de idade) e o juiz convocado Casem Mazloum.

Theotonio e Haddad são investigados pelo Superior Tribunal de Justiça por suspeita de enriquecimento ilícito. Haddad e três juízes convocados compõem a 1ª Turma (Haddad indicou Rubens Calixto para substituir Oliveira Lima).

A suspeita de que Suplicy não era engenheiro foi confirmada pelo MPF no dia 25 de novembro de 1997, horas antes de julgamento, na 1ª Turma, de indenização contestada por Furnas, com laudo de Suplicy. Haddad foi o relator.

Naquela sessão, o representante do MPF pediu a nulidade do laudo e a conversão do julgamento em diligência. A 1ª Turma prosseguiu o julgamento. O procurador não encontrou nos autos, depois, a transcrição das manifestações de Haddad, Theotonio e Oliveira Lima em defesa de Suplicy.

A título de submeter ao Conse-

lho Superior do MPF uma questão funcional, o procurador pediu que fossem fornecidas à Procuradoria Regional da República cópia e transcrição das fitas.

O procedimento tramitou durante 11 meses. O procurador aposentou-se antes que seu pedido fosse julgado.

Em 3 de março de 1999, o desembargador Fábio Prieto determinou o arquivamento dos autos, por entender que a aposentadoria "prejudicava" o pedido.

Prieto diz que se tratava de uma questão de interesse pessoal do procurador e que o MPF pode voltar a requerer a transcrição das fitas. Foi Prieto quem suspendeu a "extravagante" indenização da choupana, em abril de 2001. Em novembro, Prieto foi alvo de ação de indenização movida por Casem Mazloum (que acusa Prieto de ter afirmado que ele proferiu decisões beneficiando Nicolau dos Santos Neto).

O TRF rejeitou anular perícias de Suplicy quando já havia denúncia oferecida contra o falso engenheiro, que se dizia "perseguido profissionalmente". Em 11 perícias sob suspeição, foram pagas indenizações de R\$ 179 milhões (ver quadro nesta pág.).

O episódio mais rumoroso foi a superavaliação, para desapropriação, de prédio usado pelo TRF na rua São Francisco. Foi ao investigar esse caso que o MPF descobriu que Suplicy usava um diploma falso de engenheiro da Universidade Federal do Pará.

Um juiz de primeira instância havia decidido com base em laudo do assistente técnico da União, que fixara indenização em valor muito inferior à de Suplicy. Mas a 1ª Turma do TRF, ao julgar apela-

ção, adotou o laudo de Suplicy.

O MPF propôs ação rescisória, em tramitação. Juiz convocado, Mazloum tornou-se relator desse processo, com a aposentadoria do juiz Sinval Antunes. Na época, o TRF já sabia que Suplicy havia sido denunciado por ludibriar juí-

zes. No ação da choupana, Mazloum acompanhou o voto do relator Theotonio, rejeitando anular o laudo de Suplicy. Mas afirmou à Folha que "não sabia que o perito usava documento falso". O MPF já informara, antes, nos autos que Suplicy fora denunciado.

**Amostra entre 12 laudos sob suspeição\***

**Valores pagos\*\***

**R\$ 179 mi**

**Entidades que alegaram prejuízo:** União, Furnas, Cesp, Telesp, Eletropaulo, INSS, DNER e Ibama

**O diploma**



**Reprodução do diploma falso de Antonio Carlos Suplicy**

**ANTONIO CARLOS SUP LICY**

(\*) A partir de levantamento do MPF (Ministério Público Federal) (\*\*) Total atualizado. Não inclui indenização de imóvel com choupana na serra da Bocaina. Fontes: MPF, Justiça Federal e estatais